

TORNAR-SE AMERICANO. UM PROCESSO PLENO DE SIGNIFICADOS E CONTRADIÇÕES

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL*

ESTE ARTIGO TEM COMO EIXO CONDUTOR a preocupação em examinar como foram sendo construídas as bases que permitiriam pensar o processo de consolidação da idéia de nação e identidade nacional. A conjuntura das independências e da construção dos Estados na América é extremamente rica para analisarmos os processos que tentavam dotar o Estado de uma racionalidade própria. Nosso trabalho tentou delimitar os elementos estruturantes deste processo, que nos permitiram avaliar criticamente a afirmação de José Luis Romero de que não houve no período o desaparecimento da “indestrutível convicção da unidade nacional”¹.

Sabemos que a construção da nação na América Latina, e, no caso específico, da Argentina, foi o resultado de um longo processo histórico de surgimento e sedimentação de diversas e sucessivas epifanias, sendo o nosso recorte temporal feito a partir de nosso interesse no processo de construção e consolidação da independência. Até 1815, a “revolução” foi identificada com uma reformulação radical da ordem estabelecida, em que foi feita uma primeira tentativa de instauração de um poder constituinte. A partir da proclamação da independência, em 1816, o debate político foi polarizado pelas tentativas frustradas de instauração constitucional, principalmente nos anos de 1816-1819, 1824-1826. Em termos

* Professor de História da América na Universidade Federal do Espírito Santo e Doutor em História pela USP.

1. ROMERO, José Luis. *Breve história de la Argentina*. 9. ed. Buenos Aires: Editorial Abril, 1987, p.73.

constitucionais, essas datas simbolizaram o fracasso da tentativa de implementação de um estado unitário constitucional. A nação, contudo, constituía um projeto que embora ainda não fosse implementado com toda a sua força pela via institucional, era sedimentado por outros caminhos, como, por exemplo, a imprensa e os espaços de sociabilidade. O recorte temporal, portanto, se justifica pelo nosso interesse em esquadrihar nesse período de fragilidade institucional os elementos que permitiam pensar os caminhos de construção desse sentimento de identidade nacional.

O processo de independência e constituição do Estado Argentino não pode, certamente, ser considerado como um fato isolado, mas sim dentro de um contexto mais amplo e significativo. Historiadores como Jacques Godechot² e Robert Palmer, ao reelaborarem a análise sobre a Revolução Francesa, não a consideraram como um fenômeno isolado e particular do século XVIII, mas sim no contexto de uma “Revolução Atlântica”³. Eles a contextualizaram dentro da Revolução de cunho democrático que se estendeu a vários países do mundo ocidental e áreas coloniais. A idéia norteadora desses trabalhos era a sobreposição do quadro revolucionário europeu ao mundo americano, agindo como agente catalisador da ruptura do pacto colonial. Essa visão globalizante nos parece bastante elucidativa. Contudo, devemos ter o cuidado de não sobrevalorizar as causas que vêm de fora e considerar o processo americano como mero apêndice do processo europeu.

A Revolução Atlântica na América assumiu características peculiares, intrinsecamente determinadas pelo sistema colonial, que mantinha em alguns casos, a escravidão negra e, na sua totalidade, o trabalho compulsório, o que limitava o alcance das idéias liberais e revolucionárias. As contradições da estrutura colonial se refletiram no modo como as idéias iluministas foram absorvidas e adaptadas. Não queremos dar às idéias revolucionárias poderes que não possuíam, contudo essas novas idéias encontraram na América um meio efetivo e propício para se propagarem.

Os estudos sobre a Revolução Francesa têm adquirido novas nuances a partir do fato de que o fenômeno revolucionário passou a simbolizar não só

2. GODECHOT, Jacques. *La Grande Nation: l'expansion révolutionnaire de la France dans le monde, 1789-1799*. Paris: Aubier, 1956, 2 vols.

3. Esses historiadores produziram os seus dois livros mais famosos na segunda metade da década de 1950, e estavam associados a uma tradição historiográfica liberal.

uma única data, 1789, mas, sim, todo um processo, que possuiu diversas fases, que se estenderam de 1780 a 1870, ou seja, o marco revolucionário francês — 1789 — passou a ser tomado simultaneamente como um acontecimento e um processo. Esses novos procedimentos de análise tendem a mostrar melhor a articulação dos fatores internos com os fatores externos.⁴ Essas novas tendências na análise do conceito de revolução permitiram uma renovação dos estudos sobre os movimentos de independência, dentre os quais podemos destacar o de François Xavier Guerra⁵. Seu trabalho adota como parâmetro a percepção do caráter revolucionário das independências hispano-americanas. Sua abordagem privilegia a dimensão da mudança que caracteriza o processo de ruptura dos laços coloniais, fazendo com que definisse o conceito de revolução hispânica. Guerra definiu dois cortes cronológicos desse processo. Um seria o período entre 1808 e 1810, que representou o momento a partir do qual se desenvolveu o debate sobre a natureza da representação política e da soberania. A segunda etapa seria definida pelo pipocar das revoluções de independência a partir de 1810, quando do acirramento das contradições devidas à invasão napoleônica. Guerra também partiu do papel importante desse fator externo no desenvolvimento do processo revolucionário. Contudo, esse acontecimento levou ao incremento de novas posturas e atitudes definidoras de uma nova realidade. Guerra tenta delinear, portanto, o desencadeamento do processo gestor da modernidade política na América Espanhola.

Não podemos nos esquecer de que, no final do período colonial, o aparelho de Estado metropolitano formulava algumas medidas com o propósito de modernizar a máquina econômico-administrativa. Desde as Reformas Bourbônicas (Espanha), e desde as Reformas Pombalinas (Portugal), as metrópoles ibéricas implementaram uma política iluminista, incentivando uma série de reformas nas colônias, com o objetivo de aprimorar e manter os laços de dominação colonial. Nessa conjuntura, não podemos dissociar a ilustração e a política de reformas do contexto de ampliação das idéias revolucionárias.

4. BONILLA, Heráclio. O Impacto da Revolução Francesa nos movimentos de independência da América Latina. In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella; Ed. da USP; Brasília: CNPq, 1990.

5. Cf. o trabalho de GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992.

Os fatores da separação das colônias americanas de suas metrópoles são normalmente relacionados ao enrijecimento do controle exercido pelas metrópoles e à disseminação das idéias da Ilustração no final do século XVIII e inícios do século XIX, assim como, no caso espanhol e português, aos desdobramentos dos conflitos europeus referentes ao processo da Revolução Francesa. Sem dúvida, são fatores importantes, mas por si só não explicam porque entidades como o Chile, a Venezuela, a Argentina, vieram a se tornar politicamente viáveis. O fato de várias novas repúblicas americanas terem sido unidades administrativas diretamente ligadas à Metrópole pode ajudar a compreender esse processo. Contudo, houve regiões na América que não se fragmentaram, mesmo possuindo mais de uma unidade administrativa ligada à metrópole, enquanto que, diversamente, outras regiões que constituíam uma unidade administrativa ligada à metrópole se fragmentaram, como foi o caso do Vice-Reino do Rio da Prata. O que diferenciava as diversas partes do império espanhol na América? Com esta indagação em mente, tentamos examinar de que maneira organizações administrativas criaram seus próprios significados.

Ao mencionarmos os mecanismos que permitiram a diferenciação das diversas regiões americanas, além das especificidades geográficas e administrativas, não podemos deixar de considerar a circulação de idéias, que assumiu um papel extremamente importante. A oralidade tinha um papel fundamental no processo de circulação de idéias no período colonial, e a editoração, apesar de permitida na América colonial espanhola, sofria diversas restrições, devido a um forte esquema de censura e a um rígido controle eclesiástico. A leitura em rodas de analfabetos e os pasquins manuscritos foram meios propagandísticos importantes para se chegar a um círculo mais amplo de leitores. Mesmo com todas as dificuldades, diversas gráficas locais estavam em funcionamento na América Espanhola na segunda metade do século XVIII⁶, e começaram a publicar os primeiros periódicos locais que conseguiram ter uma relativa inserção.

Esses jornais continham, ao lado de notícias da Metrópole, outras notícias, como, por exemplo, notícias comerciais, ordenações políticas coloniais, casamentos dos ricos e assim por diante. O que colocava lado a lado, na mesma página, casamentos locais com o movimento dos navios, os preços dos produtos com os bispos nomeados e suas atividades era a própria estrutura da

6. Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 72.

administração colonial. Desse modo, um jornal de Buenos Aires, por exemplo, de maneira muito natural e até mesmo apolítica, criava uma comunidade entre uma determinada congregação de companheiros-leitores, à qual pertenciam esses navios, noivas e preços⁷. Paulatinamente passaram a entrar aí também elementos políticos. Esse foi um dos elementos importantes na formação de um sentimento de comunhão de interesses que embasou o processo de construção dos Estados e de suas respectivas identidades nacionais. Estamos falando do processo de constituição de uma opinião pública com características próprias inerentes a cada região.

Para entendermos o processo de formação dos novos Estados que surgiram na América, é necessário também nos reportarmos à imensa “variedade que assumiram as relações metrópole-colônia” no decorrer da colonização.⁸ Isso não quer dizer que não houvesse uma série de pontos comuns nesse processo. Contudo, a crise do sistema colonial gerou uma série de alternativas de reordenamento político, em que duas variáveis se mostraram importantes: o controle hegemônico do poder político e a forma de governo a ser adotada.

A intenção dos articuladores da organização nacional era impor um novo marco de organização e funcionamento social. Finda a ordem colonial, o processo emancipador havia liberado forças centrífugas que desarticulavam a sociedade, sem que as diversas fórmulas ensaiadas houvessem conseguido estabelecer uma nova ordem. Por isso, a ordem se erigia, na agenda de problemas, como questão dominante.

Uma de nossas preocupações é entender como a unidade administrativa representada pelo Vice-Reino do Rio da Prata, excluindo-se aqui as regiões do Alto Peru e do Paraguai, criou significados que permitiram a formação de um sentimento de comunhão que embasou o processo de constituição do Estado argentino. Estamos nos referindo ao processo de constituição da identidade nacional, e, para este estudo, estamos privilegiando a análise das formas de pensamento e os mecanismos que permitiram sedimentar esse sentimento. Com esse objetivo, analisamos as “fontes” da independência, que adquiriram, neste caso, um novo sentido e uma nova interpretação, na medida em que

7. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 73.

8. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, p.58.

analisamos, dentre outras coisas, as tentativas de construção e sedimentação de uma identidade nacional implementadas pelo novo Estado, as estratégias de homogeneização dessa nacionalidade, assim como o imaginário político que se formulou nos períodos iniciais no processo de transição da colônia ao estado “revolucionário” que se instaurou a partir de maio de 1810. Nessa perspectiva, consideramos importante a análise do vocabulário político dos agentes sociais portenhos durante o período de transição do “estado colonial burocrático-absolutista”, como diria Eduardo Saguier, ao “Estado nacional revolucionário” e a sua posterior dissolução ou crise.

Naquele período, se desenvolveu o processo de independência das chamadas “Províncias Unidas do Rio da Prata”. A transformação do cabildo de Buenos Aires em “cabildo abierto”, com a deposição do vice-rei e a instauração de uma Junta Governativa, representou a supremacia dos interesses criollos que consideravam a ocasião propícia para a tomada do controle do porto de Buenos Aires e a efetiva instauração do livre comércio. Esse processo foi marcado pelo confronto com os realistas, e pelo embate de posições entre diversas tendências políticas que passaram a se manifestar a partir daquele momento.

O período que estudamos se destaca pela circulação de vários jornais que representavam os diversos interesses em jogo. Dentre eles, por exemplo, podemos destacar o periódico “Mártir o libre” que expressava os ideais emancipadores da Sociedade Patriótica e da Logia Lautaro.¹⁰ Buenos Aires, durante todo o período, tentou hegemonizar o poder do Estado, mas se mostrou impotente frente às diversas demandas das províncias do interior. Em 1820, Buenos Aires foi obrigada a aceitar a desarticulação do poder central na forma como o concebia, a dissolução do Congresso, a relativa autonomia das províncias e o estabelecimento do princípio federativo.

O período que começou, a partir de 1820, com a dissolução do governo centralizado das Províncias Unidas nos permite analisar o jogo de interesses que perpassava a disputa entre unitaristas e federalistas e o processo de afirmação da identidade nacional.¹¹ Essa fase, definida por José Luis Romero como

9. SAGUIER, Eduardo R. La crisis de un estado colonial. Balance de la cuestión rioplatense. *Suplemento de Anuario de Estudios Americanos*. Sevilla, Separata. Tomo XLIX, n. 2, 1993.

10. ROMERO, José Luis. *Breve história de la Argentina*. 9. ed. Buenos Aires: Editorial Abril, 1987, p. 62.

11. *Ibidem*, p. 89.

período de “desunião das províncias”, ao reforçar as forças localistas, ou seja, as identidades mais imediatas e palpáveis, faz com que pensemos os mecanismos que permitiram, mesmo nesse momento crítico, a sedimentação da identidade nacional, que, afinal, pôde ser efetivamente implementada a partir de 1862.

Todo projeto político representa interesses de um conjunto específico de agentes sociais numa sociedade e, sem dúvida, iremos encontrar sempre diversos projetos que disputam o domínio numa determinada sociedade. No decorrer do período por nós analisado, houve diversas tentativas de implementação dos mais variados projetos políticos. O que nos atrai no caso argentino é que, ao contrário do Brasil, não houve, no período, qualquer projeto que conseguisse manter a hegemonia por um longo período de tempo. Desde o movimento de maio até o período de Rosas, houve múltiplos projetos nos diversos espaços econômico-sociais que formavam o antigo vice-reinado.¹²

Houve diversas tentativas de se implementar a organização nacional que fracassaram e que demonstram o quão difícil foi fazer a transição para um Estado centralizado. Contudo, mesmo durante essas tentativas frustradas, foi sendo construído um sentimento que permitiu criar uma comunidade política de pertencimento. Esse sentimento de comunidade foi se desenvolvendo a partir da difusão dos novos valores políticos, sociais e culturais implementados a partir dos impressos, dos novos espaços de sociabilidade e dos diversos mecanismos institucionais estabelecidos.

Diversos historiadores, ao abordarem o tema da identidade nacional e das independências, são unânimes em constatar que existem ainda diversos aspectos inexplorados. François Xavier Guerra, em seu livro *Modernidad e Independencias* afirma que a multiplicação nos últimos anos de diversos estudos sobre o tema, “bastante esquecido desde várias décadas indica que há uma tomada de consciência de tudo o que ignoramos ainda sobre esta época chave e da insuficiência das interpretações clássicas”¹³. Contudo, poucos historiadores têm trabalhado no Brasil com variações desse tema, principalmente os diversos aspectos da independência na América hispânica na primeira metade do século XIX.

12. Dentre eles, poderíamos destacar, por exemplo, a tentativa de Artigas de constituir uma república que compreendesse o Uruguai e as províncias de Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba.

13. GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p.17.

Ao abordarmos os mecanismos de instauração da modernidade numa sociedade ainda profundamente marcada pelo processo de colonização, precisamos nos situar perante algumas questões impostas pelo discurso moderno. O discurso instaurador da modernidade, que se difunde na Europa e na América, desde finais do século XVIII, impulsionado pela “Revolução Americana”, pela “Revolução Francesa” e pela “Revolução Industrial”, nos coloca uma série de questões importantes em relação à construção de alguns conceitos, como, por exemplo, a identidade.

O discurso instaurador da modernidade, que permaneceu hegemônico até há bem pouco tempo, se baseava numa clara divisão entre o real e a sua representação. Ele se corporificou numa estratégia de distanciamento tanto da natureza quanto da cultura, na medida em que se fundou numa racionalidade abstrata. A narrativa histórica objetiva deveria medir suas afirmações sobre a realidade a partir da sua correspondência efetiva aos eventos reais, ou seja, comprovar a sua veracidade através de documentos. Hobsbawn e Ranger, ao trabalharem a noção de tradição inventada no estudo das representações, partem da idéia de seu caráter construído e, portanto, mistificador. Gellner compartilha da mesma posição, visto que para ele, a identidade cultural é uma espécie de falsa consciência. Para ele, o nacionalismo se dissimula sob falsas aparências e portanto associa invenção à falsificação.¹⁴

No momento atual em que surgem novas identidades culturais, incrementadas pelo surgimento de teorias pós-modernas e em que há um aumento do interesse pelos estudos étnicos, essas teorias representam alternativas a um modernismo que aparentemente fracassou. A época das certezas tem sido rechaçada e vários trabalhos acadêmicos têm se distanciado ultimamente de qualquer forma de implementação de significados fixos. Estamos num momento que poderíamos definir como período de hegemonia declinante das teorias modernas do conhecimento.

A crise da modernidade tem gerado uma fragmentação das grandes unidades que foram incessantemente buscadas no decorrer do século XIX. Nesse sentido, podemos constatar que essa fragmentação tem permitido o surgimento de novas histórias e de novas identidades. Isso acontece porque a

.....
14. Cf. ANDERSON, Benedict. op. cit., pp.14-15. Anderson critica essa postura na medida em que trabalha com a perspectiva de que a nação deveria ser trabalhada como um processo de criação do real e não de falsificação desse real.

história está associada a um processo de apropriação do passado e de definição de espaços identitários. A teoria do conhecimento em seus parâmetros modernos define o passado como um “segmento arbitrariamente escolhido de um continuum temporal que termina no momento presente” e sua estrutura seria o “produto de um tipo específico de pesquisa conduzida por especialistas” que definiriam a verdade, pois a verdade seria singular.¹⁵ Todas as demais interpretações do passado que não se enquadrassem na interpretação considerada como verdadeira seriam consideradas como deturpações falseadoras do real.

Ora, o passado é uma construção do presente, o passado é construído a partir dos processos de constituição da identidade. A imposição de um passado no presente nos remete ao questionamento de saber quem possui ou se apropria do passado e, portanto, de quem é capaz de identificar a si mesmo e conduzir o processo de identificação. Nesse sentido é que afirmamos que o surgimento de novas identidades, implica no surgimento de novas histórias, isso porque estamos nos referindo ao surgimento de novos passados. Essa perspectiva se impõe contemporaneamente em diversas regiões de nosso planeta.

Nosso trabalho se situa num momento anterior. Se hoje a preocupação com a teoria sobre o nacional se reporta à fissura dos Estados, a preocupação anterior era a unificação de diversas províncias e regiões num Estado-nação. Nossa indagação parte do fato de que a Argentina atual, assim como o Brasil e outros países da América, não tem desenvolvido movimentos que contestem a identidade nacional que foi sendo implementada paulatinamente. Isso pode ser o indício de que esse processo de constituição da identidade e de um passado conseguiu se tornar hegemônico. Nesse sentido, interessamo-nos em traçar alguns elementos que foram fundamentais no processo de construção de um passado que interessasse às elites dirigentes portenhas no decorrer do século XIX e que se tornou hegemônico posteriormente.

Num de nossos trabalhos anteriores, discutimos a transformação de significado do conceito de nação que aconteceu a partir do final do século XVIII.¹⁶ Momento crucial, em que podemos destacar a ocorrência da Revolução

15. Cf. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

16. GIL, Antonio Carlos Amador. *Projetos de Estado no alvorecer do Império: sentinela da liberdade e typhis pernambucano: a formulação de um projeto de construção do Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação de mestrado.

Francesa na Europa e a Independência dos Estados Unidos no continente americano. O conceito ou a idéia de nação sofreu diversas modificações no decorrer do tempo. O significado da forma latina “natio” estava ligado à idéia de nascimento ou raça e geralmente era empregada para diferenciar os cidadãos romanos do império. A ascendência paterna determinava a cidadania, no império romano. Já, na época medieval, a idéia de nação estava intrinsecamente ligada ao pertencimento a um território. Durante o período dos reinos dinásticos, podemos encontrar a idéia de nação associada tanto ao pertencimento a um território como também ao pertencimento a uma história e a tradições comuns.

Quando encontramos referências à nação espanhola no século XVII, não podemos deixar de lembrar que a Espanha era um conjunto de reinos com diversas especificidades, e nesse conjunto poderíamos ainda incluir o Reino de Índias, ou seja, as colônias americanas.

Nos estudos sobre a nação na Europa, encontramos historiadores que chegam a afirmar que alguns países europeus como França e Inglaterra forjaram a sua nacionalidade durante a Idade Média, uma vez que teriam sido capazes de criar uma homogeneidade lingüística e compartilhar uma história comum. Hoje em dia não podemos afirmar isso com tanta certeza. Fernand Braudel, ao procurar descrever a identidade da França, por exemplo, afirma que é “vão tentar reduzir a França a um discurso, a uma equação, a uma fórmula, a uma imagem, ou a um mito”¹⁷.

Os movimentos ocorridos na Europa e na América no final do século XVIII implementaram novos significados ao conceito de nação. Os historiadores, ao trabalharem com a Revolução Francesa, ou as suas conseqüências, são unânimes em afirmar a sua importância na instauração de um sentimento novo, ligado principalmente à instauração de uma forma mais abrangente de classificar os indivíduos, que antes eram hierarquizados a partir de seu nascimento e que, a partir de então, deixavam de ser considerados como membros de uma ordem hierarquicamente definida para se transformarem em cidadãos abstratamente iguais, membros de uma nação indivisível representada pelo Estado.

Esses cidadãos abstratamente iguais compartilhavam um mesmo atributo, a nacionalidade, que adquire, nesse novo contexto, características

17. BRAUDEL, Fernand. *A identidade da França*. Rio de Janeiro: Globo, 1989, v. 1, p. 18.

homogeneizadoras. Nesse período, encontramos uma série de práticas que tentavam sedimentar uma unificação. Os novos Estados que surgem na América, por exemplo, tentam assegurar a lealdade de seus cidadãos, tentam construir, através dos órgãos de governo e com o auxílio de seus funcionários e burocratas, assim como dos intelectuais, um espaço onde pudessem introjetar e manter um comportamento de pertencimento à nova estrutura montada.

Uma das preocupações centrais dos novos Estados que surgiam era fazer com que os seus cidadãos internalizassem um comportamento de lealdade, desta forma era assegurado o surgimento de um estado-nação.¹⁸

Muito se tem discutido a respeito do conceito de nação e de que maneira poderíamos trabalhar o processo de sua construção. Diversos historiadores, antropólogos e cientistas sociais têm se deparado com essa questão bastante polêmica e muitas vezes ambígua. Num certo momento dos estudos históricos, podíamos encontrar os que viam esse processo como algo orgânico e natural ocorrendo espontaneamente a partir de certas condições definidas pelo desenvolvimento histórico de cada região. Por outro lado, mais recentemente encontramos os que defendem que o surgimento da nação é algo construído e, conseqüentemente, artificial. Na historiografia, podemos encontrar diversas correntes de análise sobre o processo de construção do Estado e da nação. Dentre elas podemos destacar a que é influenciada por Rousseau. As idéias rousseaianas partem do pressuposto de que o contrato político é a base da união entre os cidadãos. A nação seria um consenso entre os indivíduos que têm vontade de fundar uma comunidade política. As idéias de Renan retomaram, na segunda metade do século XIX, a perspectiva de Rousseau. Para Renan,

Une nation est une grande solidarité constituée par le sentiment des sacrifices qu'on a faits et de ceux qu'on est disposé à faire encore. Elle suppose un passé; elle se résume pourtant dans le présent par un fait tangible: le consentement, le désir clairement exprimé de continuer la vie commune. L'existence d'une nation est un plebiscite de tous les jours(...)¹⁹

18. Cf. VOGEL, Henry Philip. *Elements of nationbuilding in Argentina: Buenos Aires, 1810-1828*. UMI, 1988, (University of Florida, 1987), p. 2.

19. Cf. RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?: conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882*. Paris: Calmann Lévy, 1882, citado também na obra de MARIENSTRAS, Élise. *Les mythes fondateurs de la nation américaine*. Paris: François-Maspero, 1976, p. 18.

Essa definição realça os aspectos culturais comuns, privilegia a comunidade de interesses e a nação seria fruto do desejo dos indivíduos de manter uma vida em comum. Essa perspectiva de análise não conseguia dar conta das especificidades de formação das nações americanas, na medida em que, além de terem de se diferenciar das antigas metrópoles, tinham de se diferenciar de uma parte da população que as elites coloniais não queriam incluir em seu esboço de contrato político. Estamos falando do contingente de índios e negros que ainda estavam ligados aos esquemas de trabalho compulsório.

Outra corrente historiográfica está ligada ao pensamento de Herder. Essa corrente parte do pressuposto de que o processo de formação da nação está ligado intrinsecamente às características culturais de um povo. Para Herder, por exemplo, a nação é um conjunto de indivíduos que têm tradições comuns, uma língua comum, uma história comum que lhes permite formar uma comunidade nacional distinta. Nesse ponto, Herder privilegia o que chama de características orgânicas da nação. Essa teoria culturalista se adaptava com algum esforço à história de países como França e Inglaterra, que desenvolveram suas culturas específicas num processo de longa duração. Cada nação, para Herder, seria a “encarnação de uma cultura dada”²⁰ e, neste sentido, ele se preocupava com um Estado que não coincidissem com a cultura de seus habitantes. Para ele, o Estado poderia ser pensado, no máximo, como consequência da nação e não como sua fonte de instauração. Sua perspectiva possui raízes nos escritos de certos filósofos do final do século XVIII, como Voltaire, que, em seu livro *Essai sur les mœurs*, privilegia uma concepção pluralista e culturalista das nações, através da descrição de seus costumes.²¹

Essas duas correntes historiográficas não puderam se contrapor à corrente que se tornou hegemônica no final do século XIX e inícios do século XX, quando a idéia de Estado-nação adquiriu uma efetividade prática a partir do processo de formação dos Estados Italiano e Alemão. A nação estaria indissoluvelmente associada a um Estado que, através de suas instituições, desse forma e visibilidade à unidade nacional. Os teóricos dessa corrente viam

20. Cf. MARIENSTRAS, Élise. *Les mythes fondateurs de la nation américaine*. Paris: François-Maspero, 1976, p.16.

21. Cf. VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Essai sur les Mœurs et l'esprit des nations*. Paris: G. Frères, 1878, 3 v.

no Estado o elemento definidor da comunidade e o encarregado de criar uma cultura passada que congregasse os indivíduos dessa comunidade.

A corrente historiográfica marxista compartilha a idéia de que a nação é o resultado de um processo de construção artificial. No manifesto do Partido Comunista, de 1848, Marx, ao afirmar que os operários não têm pátria, não descarta a idéia de nação. Sua oposição era a um tipo de nação, a nação burguesa. Marx tinha claro que os trabalhadores não estavam alheios ao processo emocional de adesão ao seu país natal, na medida em que chega a reivindicar uma sanção nacional para o seu programa.

As discussões sobre o caráter e a estruturação das nações dentro do marxismo assumiram um lugar de destaque no momento da discussão sobre a autodeterminação das diversas nações no início do século XX. Marx, em meados do século XIX, acreditava que somente teriam direito à autodeterminação as nações que estivessem em condições de desenvolver economias modernas. Shlomo Avineri²² nos alerta de que, a partir de 1848, fruto direto das revoluções de 1848/49, o nacionalismo adquiriu uma grande força e, portanto, passou a ser analisado como uma necessidade da burguesia, no sentido da consolidação dos mercados nacionais. Neste sentido, era considerado progressista, naquele momento, tudo o que impulsionasse o desenvolvimento das forças produtivas, no caso, o capitalismo. Essa abordagem instrumentalista impedia que Marx, naquela ocasião, considerasse a possibilidade de autodeterminação dos povos, possibilidade que a teorização de Lênin não descartou. A discussão adquiriu maior magnitude no momento de definição das táticas e estratégias dos socialistas poloneses,²³ uma vez que os leninistas defendiam naquele momento o direito à autodeterminação nacional.

Nessa corrente historiográfica, não podemos deixar de ressaltar o trabalho “O marxismo e a questão nacional”, elaborado por Stalin, em 1913, que forneceu alguns dos elementos de sistematização de uma concepção marxista das questões nacionais. A definição de nação de Stalin (“A nation is an

22. AVINERI, Shlomo. Marxism and Nationalism. *Journal of Contemporary History*. London: SAGE, v. 26, 1991, p. 639.

23. Rosa Luxemburgo liderava uma facção que acreditava que o apoio ao nacionalismo polonês naquelas circunstâncias seria retrógrado, privilegiando a união dos trabalhadores poloneses e russos. Os bolcheviques, liderados por Lênin, sustentavam que não poderia haver um entendimento entre trabalhadores russos e poloneses sem o reconhecimento de seu direito à independência, ou seja, à sua autodeterminação.

historically evolved stable community of language, territory, economic life and psychological make-up manifested in a community of culture”²⁴) evidencia uma sensibilidade aos aspectos culturais do nacionalismo e vai além do paradigma marxiano reducionista, na medida em que sua abordagem concebia uma autonomia às dimensões culturais.²⁵

Diversas tendências têm tornado o debate sobre essa questão cada vez mais complexo. Hobsbawn, por exemplo, tenta diferenciar o nacionalismo do século XIX em relação ao do século XX. Para ele, o nacionalismo clássico do século XIX tinha como interesse a unificação de diferentes regiões no intuito de formar um mercado econômico. Já os nacionalismos do século XX não seriam unificadores, mas, ao contrário, têm como objetivo a divisão de estados capitalistas e, neste sentido, seriam reacionários. Hobsbawn se coloca, portanto, dentro do mesmo referencial instrumentalista sugerido por Marx.

Um dos problemas centrais da visão marxista dos nacionalismos é que esses movimentos não podem ser concebidos somente a partir de causas socioeconômicas. Seus aspectos culturais assumem um papel importantíssimo nos rumos desses fenômenos. Nesse sentido, a cultura, as atitudes morais e as tradições teriam existências autônomas que podem ser relacionadas à estrutura de classe, mas não são exclusivamente redutíveis a ela. Também não podemos deixar de ressaltar que o internacionalismo abstrato da tradição marxista não respondia à consciência concreta dos trabalhadores em relação à sua cultura, ou seja, às identidades concretas elaboradas no cotidiano.

Uma outra linha, ligada aos estudos de Max Weber, considera o conceito de nação intrinsecamente relacionado ao sentimento de prestígio.²⁶ Quem o utiliza o define como “um sentimento específico de solidariedade frente a outros”, em que a nação não seria idêntica ao “povo de um Estado”, ou seja, a uma comunidade política, nem tampouco idêntica a uma comunidade lingüística. Nessa linha, são então privilegiados os diversos sentimentos de comunidade e solidariedade desde suas origens e suas possíveis relações com a ação comunitária de seus membros. A idéia de nação está ligada à manutenção das características do “grupo” considerado como a “nação”, que dispõe do poder dentro da comunidade, e que exalta o Estado. A definição weberiana de poder associa esse conceito à “probabilidade que tem um homem ou uma

26. WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p.678.

agrupação de homens, de impor sua própria vontade numa ação comunitária, inclusive com a oposição dos demais membros”²⁷. A “ordem social” se definiria então pela forma como é distribuída a “honra social” dentro de uma comunidade entre os diversos grupos pertencentes à mesma. Nesse sentido, podemos encontrar uma divisão em classes, estamentos ou partidos. A “situação de classe” estaria relacionada à “posição ocupada no mercado”, tendo o seu referencial na ordem econômica. Os estamentos seriam comunidades, cuja honra estaria ligada à exigência de um modo de vida determinado, tendo o seu referencial ligado à ordem social. Os partidos, por sua vez, teriam o seu referencial ligado à esfera do poder.²⁸

A nacionalidade no sentido weberiano não está baseada na idéia de unidade da linguagem, visto que os sentimentos coletivos definidos como nacionais podem ser definidos por diversas fontes, uma vez que não são unívocos. O conceito de nação, para Weber, se refere ao poder político, e o “nacional” é um

[...] tipo especial de pathos que, num grupo humano unido por uma comunidade de linguagem, de religião, de costumes ou de destino, se vincula à idéia de uma organização política própria, já existente ou a que se aspira e quanto mais se carrega o acento sobre a idéia de ‘poder’, tanto mais específico resulta esse sentimento patético.²⁹

Benedict Anderson define a nação como uma comunidade imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana.³⁰ O autor não deixa de considerar a desigualdade e a exploração que prevalecem em todas as sociedades, mas, ao defini-las enquanto comunidades, afirma que a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Sua preocupação são os conjuntos que formam as culturas nacionais, e a construção

27. WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 682.

28. Ibidem, p. 693. 29. WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 327.

29. WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 327.

30. Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

do tempo. Sua abordagem é privilegiadamente macro-histórica e comparativa. Sua formulação do conceito de nação pode ser relacionada à visão de alguns teóricos que afirmam que o nacionalismo não tem uma matriz de classe fixa.

Ao acompanharmos a discussão e a análise das origens específicas da idéia de nação na Europa, temos de levar em consideração o papel importante da editoração, que permitiu a um número cada vez maior de pessoas pensarem sobre si mesmas e se relacionarem com outras num estilo profundamente renovado. O agrupamento das línguas vulgares que surgiram no decorrer dos séculos XVI e XVII e a criação de línguas impressas mecanicamente reproduzidas, passíveis de disseminação no mercado, tornou possível uma interação maior entre os membros de uma mesma comunidade ou sociedade. O romance e o periódico, por exemplo, duas formas de comunicação que se desenvolveram a partir do século XVIII, ofereceram recursos técnicos que influenciaram a estruturação sistemática da idéia de nação. No caso europeu, esse novo sentimento foi fruto de uma interação semifortuita, mas explosiva, entre um modo de produção que se tornava dominante (o capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a diversidade lingüística européia.³¹

Ao analisarmos as diversas definições sobre o conceito de nação, podemos perceber que as diversas teorias não se conciliam, visto que encontramos elementos altamente ambivalentes, que variam, por exemplo, entre o universal e o particular, o contínuo e o descontínuo, o orgânico e o artificial, ou até mesmo entre o individual e o coletivo.

Já tivemos a possibilidade de assinalar a metáfora herderiana que definia uma nação como orgânica e podemos constatar o seu importante papel nas teorias sobre o nacional. A metáfora orgânica embasa uma série de narrativas históricas que vêem o nacional como algo já dado de antemão. Contudo, a historiografia contemporânea trabalha com uma outra metáfora, a metáfora do corpo construído.³² Nessa concepção, os mitos, os costumes e as línguas são dados iniciais que por si só não são capazes de embasar a nação, visto que é por meio de sua repetição e difusão através das escolas, do exército e dos meios de comunicação que adquirem significado. Nesse ponto, poderíamos ressaltar outro ponto de dualidade existente na historiografia, na medida em

31. Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 52.

32. DELANNOI, Gil. La theorie de la nation et ses ambivalences. In: DELANNOI, Gil e TAGUIEFF, Pierre-André. *Théories du Nationalisme*. Paris: Éditions Kimé, 1991, p. 10.

que a nação tanto pode ser vista como produtora quanto como produto/resultado. Para uns, as nações produzem história, visto que a explicação é construída a partir de características que determinariam anteriormente um acontecimento. Para outros, a nação não passaria de “uma cristalização de determinismos históricos e acasos políticos”³³.

Herder, assim como Michelet, ressaltava os aspectos individualizadores da cultura nacional. A nação, nesse caso, reagiria como se fosse um indivíduo. Teríamos então uma narrativa em que a nação poderia ser considerada como uma entidade-pessoa feliz, ou odiosa, ou sem sorte.

Num sentido totalmente oposto, encontramos diversos autores que privilegiam o caráter coletivo da nação. Benedict Anderson, como já discutido anteriormente, define a nação como uma comunidade abstrata, tomando-a, portanto, num sentido de coletividade.

Outra ambigüidade do conceito de nação se liga à diferença entre a concepção francesa de nação, profundamente ligada ao sentimento de pertencimento ao lugar de nascimento e à idéia de cidadania, e a concepção alemã, profundamente ligada, por sua vez, ao sentimento de pertencimento sanguíneo, à ascendência paterna e à cultura. Temos, por um lado, uma concepção de nação como o lugar da vontade, através, por exemplo, do plebiscito de todos os dias de Renan, e, por outro lado, uma concepção de nação como algo hereditário, definido pela herança cultural e sanguínea.

Grande parte dos ensaios que analisam o conceito de nação que tivemos a oportunidade de consultar começa com o lamento de que o conceito de nação é bastante vago e ambíguo. Para um grupo de estudiosos, o nacionalismo seria uma ideologia que competiria com o liberalismo, o socialismo, o fascismo, etc. Para outros, o nacionalismo engloba diversas ideologias desde que pensado em termos de comunidade ou coletividade. Benedict Anderson foi capaz de mostrar como os marxistas podiam ser ótimos nacionalistas. Anderson tenta mostrar que a questão nacional pode ser associada ao compromisso revolucionário e tenta entender a ação de diversos estados revolucionários marxistas no sudeste asiático, como China, Camboja e Vietnã.³⁴ Ao analisar o nacional como um

33. DELANNOI, Gil. La theorie de la nation et ses ambivalences. In: DELANNOI, Gil e TAGUIEFF, Pierre-André. *Théories du Nationalisme*. Paris: Éditions Kimé, 1991, p. 12.

34. Conferir o último capítulo do livro de Benedict Anderson chamado “O Anjo da História”. Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

tipo de identidade de grupo — a identidade nacional —, podemos também encontrar os que pretendem definir uma visão “objetiva” para a identidade nacional, definindo-a como uma comunidade historicamente determinada por sua língua, território, vida econômica e cultural. Outros, entretanto, defendem uma visão “subjéitiva”, definindo-a como uma escolha. Neste caso, podemos citar a teoria de Renan com o seu famoso “plebiscito diário” e todos aqueles que vêem o nacional como uma escolha, ou melhor, um campo de identificação.

Ernest Gellner, em seu livro *Nações e Nacionalismo*³⁵, rejeita as teorias do nacional que enfatizam unilateralmente tanto os aspectos objetivos quanto subjétivos, visto que não considera esses aspectos como contraditórios mas, sim, complementares. Gellner afirma que todas as nações seriam artefatos da modernidade e desconsidera todas as definições culturais que remetem a qualquer anterioridade, visto que considera o Estado-nação como a única forma legítima de organização política no processo de industrialização. A questão nacional seria consequência, portanto, da necessidade de racionalidade inerente às sociedades industriais.

Seguimos aqui a hipótese de Gil Delannoi, visto que também consideramos que “o sucesso e a persistência da forma nacional são devidas às suas ambivalências”³⁶. O conceito de nação é profundamente polarizador. Seu conteúdo, por ser contraditório e fluido, permite que seja utilizado de várias maneiras, podendo gerar as ambigüidades, equívocos e contradições que perduram até os dias de hoje, principalmente em seus aspectos menos gloriosos e até mesmo reprováveis.

Em relação à América (antigas colônias hispano-americanas, Brasil e EUA), podemos destacar algumas peculiaridades, que se refletem nas correntes historiográficas. A língua, por exemplo, não era um elemento que diferenciava as colônias de suas respectivas metrópoles. Na verdade, a língua nunca foi sequer um tema nessas antigas lutas de libertação nacional.³⁷ Além disso, os movimentos de independência da América, mesmo tendo de, em certos casos, arregimentar o apoio das classes ditas subalternas, tentaram evitar ou controlar as mobilizações políticas dessas classes.

35. GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Tradução por Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

36. DELANNOI, Gil. La theorie de la nation et ses ambivalences. In: DELANNOI, Gil e TAGUIEFF, Pierre-André. *Théories du Nationalisme*. Paris: Éditions Kimé, 1991, p.14.

37. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 57.

Élise Marienstras, ao trabalhar com o processo de construção da nação norte-americana, tenta abordar tanto as características que permitem pensar a nação como um conjunto possuidor de um passado comum quanto as características que permitem pensar a nação como uma construção feita a partir das instituições que compõem o Estado.

A nação norte-americana, ao valorizar o passado colonial, se tornava mais próxima do passado cultural de sua metrópole. Nesse sentido, conseguia excluir uma parte de sua população, no caso, os índios e os negros. Se no caso norte americano havia uma preocupação em excluir totalmente o componente indígena da projetada nação, o mesmo não ocorreu nos diversos processos de independência hispano-americanos. Por outro lado, a criação de um passado nacional distinto do da Metrópole que fosse passível de ser instrumentalizado era um dos problemas centrais das elites que dirigiram os processos de independência americana.

Essa autora, ao analisar o processo de fundação da nacionalidade norte-americana, nos dá algumas referências importantes: os colonos tinham a noção da diferença entre si e os “selvagens”, seguindo o esquema da civilização x selvageria (barbárie), e tinham uma noção da diferença entre si e os europeus, pois se consideravam os civilizados que encontravam a realidade concreta da selvageria.³⁸ Havia, portanto, a primeira condição para a existência de uma nação, mesmo que virtual, na medida em que os colonos construíram o espaço de sua diferença, de sua oposição a um outro.

O pensamento político de meados do século XIX latino-americano tinha incorporado essa dualidade discursiva. Dualidade que se expressava na construção dessas duas categorias sociais: a de civilização e a de barbárie. A idéia de civilização se associava freqüentemente com a tentativa de implantação e cópia dos modelos europeus que encontravam uma realidade muito diferente, fortemente marcada por um legado colonial que gerava grandes contradições.

Uma passagem do periódico “El Censor”, que questiona a “fiesta de toros”, é bastante ilustrativa: “Es posible que mientras se trata de perfeccionar la sociedad, permanezca en nuestro seno esa escena sangrienta, que justamente caracterizan de barbara las naciones civilizadas? [...]”³⁹.

38. MARIENSTRAS, Élise. *Les mythes fondateurs de la nation américaine*. Paris: François Maspero, 1976.

39. El Censor, n. 8, 12/10/1815.

A postura do redator era desfavorável a esse tipo de manifestação, visto que não conseguia entender como um governo que se pretendia ilustrado continuava a permitir tal prática, normalmente associada ao barbarismo. A Plaza de Toros que figurava em todos os mapas da cidade feitos no período de 1810 a 1817 (Plano de Manso) deixou de existir em 1822, quando foi demolida pelo governo de Rivadavia, visto que, em 4 de janeiro, tinham sido proibidas as corridas.⁴⁰ Essa proibição foi também uma tentativa de dissociar simbolicamente a cultura do novo Estado da cultura de sua antiga metrópole. Carlos Fuentes realçou de uma maneira belíssima a relação simbólica embutida na corrida de touros.⁴¹ A praça de touros é um espaço de representação da relação simbólica entre o homem e a natureza e se transformou, tanto na Espanha como em suas colônias, num dos mais importantes lugares de encontro, onde se reunia o povo em geral. Este lugar de encontro criou um espaço de reconhecimento comum que permitia construir um sentimento de pertencimento a uma mesma cultura. O touro assumia nesse lugar de representação um papel de destaque, na medida em que, na luta entre o toureiro e o touro, se reproduzia a luta entre o homem e a natureza, representada pelo poder e vigor do touro. A vitória do toureiro na arena representava o triunfo do homem sobre a natureza, contudo, a imagem do touro era profundamente associada à Espanha. De fato, o touro é uma das mais antigas memórias recorrentes do povo espanhol e se tornou um símbolo da Espanha. Essa associação era profundamente incômoda para os idealizadores do novo Estado. A corrida de touros, além da carga de barbárie que lhe queriam associar, trazia à lembrança a proximidade com a antiga metrópole, que, de certa forma, os fundadores tentavam mascarar. Essa, sem dúvida, foi uma das causas da proibição da continuação das corridas de touros na região. Essa proibição não significou o fim dessas práticas, uma vez que já faziam parte do hábito e do cotidiano da população.

Vários estudiosos do fenômeno nacional possuem também visões conflitantes quanto às diferenças que podem ser encontradas entre o processo de construção da nação na Europa e na América. Raúl Ruben, por exemplo, ao considerar o

40. TAULLARD, A. *Los planos más antiguos de Buenos Aires, 1580-1888*. Buenos Aires: Ed. Jacobo Peuser, 1940, p. 124.

41. Cf. FUENTES, Carlos. *The buried mirror. Reflections on Spain and the New World*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1992, pp. 17-24.

processo de formação da nacionalidade na América, afirma que a construção da nação foi dirigida por uma “minoría aristocrática”, enquanto que na Europa teria sido dirigida pela imensa maioria dos habitantes.⁴² Sua visão parte do pressuposto de que, na França e na Inglaterra, houve uma maior participação política. Contudo, todos os processos de construção da nação, tanto na Europa como na América, foram dirigidos por uma minoria que delimitou diversas restrições à participação política. Nenhum desses processos conseguiu fazer com que houvesse um alto grau de homogeneização cultural, territorial e lingüística naquele momento. As diversidades se mantiveram em maior ou menor grau e somente foram se dissipando a partir das práticas que se foram desenvolvendo no decorrer do século XIX e, principalmente, no século XX, com os meios de comunicação de massa. O livro de Braudel, *A identidade da França*, nos permite constatar esse processo no caso francês.

Até há bem pouco tempo, não havia muitos estudos detalhados sobre a formação dos “estados nacionais” decorrentes do desmembramento do império espanhol na América. Na Argentina, tivemos a oportunidade de constatar que o mercado editorial é profundamente marcado pelos trabalhos que tentam analisar as chamadas raízes nacionais, como o tango e o gaúcho. A maioria dos trabalhos, contudo, ao analisar a questão nacional, centram-se na segunda metade do século XIX, momento em que os grupos dirigentes, após a consolidação do Estado, implementam uma política imigratória que permite pensar na possibilidade de construir uma nova Europa, ignorando e/ou relegando a um segundo plano a herança cultural dos índios e mestiços e até mesmo dos espanhóis.⁴³ Estamos falando do período argentino que vai de 1880 a 1930, em que ocorreu um grande desenvolvimento de sua economia. Foi nesse período que assistimos à sedimentação do discurso fundador da nacionalidade argentina, visivelmente carregado de mitos.

A corrente historiográfica argentina foi profundamente marcada pelos trabalhos de Sarmiento e Juan Bautista Alberdi. Seus trabalhos, principalmente *Facundo*⁴⁴ e *Bases y puntos de partida para la organización política de la República*

42. Cf. RUBEN, Guillermo Raúl. *O que é nacionalidade?* São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 28-34.

43. Cf. BURNS, E. Bradford. *The Poverty of progress*. Berkeley: University of California Press, 1981.

44. Cf. SARMIENTO, Domingo F. *Facundo, civilización y barbarie*. 6. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1962. Há uma tradução brasileira, publicada pela Biblioteca Militar, no Rio de Janeiro, em 1938.

*Argentina*⁴⁵, cujas primeiras edições ocorreram em meados do século passado, trabalharam com a perspectiva de que a colonização espanhola e, conseqüentemente, os valores culturais por ela inculcidos foram prejudiciais ao desenvolvimento da nação que queria se projetar, e defendiam a adoção de uma série de valores anglo-saxões (não espanhóis).

A historiografia argentina, ao analisar o processo de construção nacional, tem geralmente privilegiado o que considera os dois momentos mais importantes: o período que vai de 1880 a 1930 e o período logo a seguir, da década de 40 para cá. Houve, até há bem pouco tempo, a tendência de considerar o período anterior a 1880 como um período em que ainda não teriam surgido as condições ideais para o desenvolvimento da nação argentina, daí, portanto, os poucos trabalhos que tentam esquadriñar os possíveis caminhos de construção de uma idéia de nação nesse período.

Preocupamo-nos, portanto, em rastrear os elementos que nos permitem pensar os mecanismos de sedimentação da idéia de nação desde o período após o movimento de maio até a não aceitação da constituição elaborada em fins de 1826. Durante esse período, encontramos uma série de documentos que reportam uma série de atitudes tomadas pelo governo de Buenos Aires no intuito de hegemonizar o processo e sedimentar um novo referencial de vida para os seus governados. Além disso, a cidade, que despontava na conjuntura comercial do período, desenvolvia uma série de transformações no âmbito social e político que permitem entender os mecanismos internos que impulsionavam esse processo de consolidação de um sentimento de pertencimento a uma comunidade abstrata que poderia ser referida ao que mais tarde se convencionaria chamar a *nação argentina*.

45. Cf. ALBERDI, Juan B. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.